

Desenvolvimento, Dependência e Resistência: Movimentos Sociais Ambientais que ocorreram Macaé/RJ após a instalação da indústria extrativista do petróleo.

Matheus Thomaz da Silva¹

GT 2. Políticas Públicas, conflitos e movimentos sociais.

Resumo: O presente trabalho é produto dos três primeiros semestres de doutorado em ciências ambientais. O objetivo da pesquisa de doutorado são os movimentos sociais com pautas ambientais em Macaé no período após a chegada da Petrobrás, no fim dos anos 1970. A metodologia empregada para esse trabalho é uma revisão de literatura combinada com os primeiros materiais coletados para a pesquisa de doutorado. A revisão de literatura é construída na questão do desenvolvimento, da dependência e compreensões acerca de movimentos sociais ambientalistas. A primeira parte do trabalho aborda a questão do desenvolvimento, da condição de dependência relaciona essas observações para o município de Macaé, no Norte Fluminense. A segunda parte desse trabalho. Assim, o resultado apresentado nesse trabalho são os movimentos sociais ambientais identificados até esse momento da pesquisa.

Palavras chaves: desenvolvimento; dependência; Macaé; movimentos sociais ambientais.

¹ mattseso@gmail.com; Assistente Social, com mestrado em serviço social pela UERJ. Professor departamento de Serviço Social UFF Campos e Doutorando em Ciências Ambientais pela UFRJ Macaé. Membro do Grupo de Pesquisa em Estudos Socioambientais e Ecologia Política (GESEP), no Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade (Nupem/UFRJ).

Introdução

O presente trabalho é produto dos três primeiros semestres de doutorado em ciências ambientais, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação, da UFRJ. O objetivo da pesquisa de doutorado é compreender se e como os movimentos sociais com pautas ambientais em Macaé no período após a chegada da Petrobrás, no fim dos anos 1970, enfrentam as contradições do modo de desenvolvimento centrado na indústria do petróleo.

A área das Ciências Ambientais é criada no contexto CAPES em 2011, tendo a abordagem interdisciplinar intrínseca a sua existência. Surge a partir da necessidade de enfrentar a questão ambiental, analisando a interação entre sistemas antrópicos e naturais que emergem no mundo contemporâneo.

A metodologia empregada para esse trabalho é uma revisão de literatura combinada com os primeiros materiais coletados para a pesquisa de doutorado. A revisão de literatura é construída na questão do desenvolvimento, da dependência e compreensões acerca de movimentos sociais ambientalistas.

A primeira parte do trabalho aborda a questão do desenvolvimento, da condição de dependência relaciona essas observações para o município de Macaé, no Norte Fluminense, foi o local escolhido, pela Petrobrás, para as instalações da base de operações para extração offshore de petróleo na Bacia de Campos.

A busca pelo desenvolvimento em Macaé vai acompanhar os ciclos da indústria do petróleo, que podemos dividir em três momentos: a instalação propriamente dita, a abertura do mercado com a quebra do monopólio combinada a um crescimento exponencial da arrecadação com royalties e a descoberta dos campos do pré-sal.

Esse processo não se dá sem resistência, desde as primeiras movimentações da Petrobrás já se insurgiram movimentos sociais ambientais. É sobre isso que trata a segunda parte desse trabalho. Assim, o resultado apresentado nesse trabalho são os movimentos identificados até esse momento da pesquisa, algumas características desses movimentos e relacionados com os ciclos do petróleo em Macaé.

1) Desenvolvimento, dependência e os ciclos do Petróleo em Macaé

A questão do desenvolvimento é ponto necessário para compreender os processos locais. Mais ainda, é preciso construir a crítica ao desenvolvimento nos marcos do pensamento decolonial, que considere como elemento central a colonização ocorrida na América Latina, as marcas desse processo e os elementos para seu enfrentamento.

Desde 1949, quando o presidente dos EUA Truman estabeleceu a divisão global entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, se constituiu um paradigma a ser alcançado: se tornar desenvolvido. O bem estar, o crescimento econômico e a redução das desigualdades seria encontrados nessa utopia chamada desenvolvimento, para alcançar seus objetivos foram construídas muitas argumentações científicas, que Teotonio dos Santos classificou da seguinte forma:

A característica principal dessa literatura era a de conceber o desenvolvimento como adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da produtividade máxima, a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem a acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional (DOS SANTOS, 2015, p. 18).

Nesse sentido o que se buscava era um encontro com a modernidade. No entanto, esse mundo moderno, que para Immanuel Wallerstein e Anibal Quijano é um sistema mundo (apud Porto-Gonçalves), se refere à um padrão de poder que se estabelece no mundo com a conquista da América. Essa ideia de sistema mundo moderno, só pode existir dada a conquista e colonização de outras sociedades.

É que, com frequência, esquece-se que junto com o processo de modernização se deu o de colonização. Não fosse a colonização da América, a Europa não teria reunido forças para se impor ao mundo como seu verdadeiro centro hegemônico.(PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 24)

Assim, a globalização, que começa nas grandes navegações, alcança a contemporaneidade carregando os traços racistas da colonização pela conquista dos povos fora da Europa. Há uma tríade, para o autor, nesse processo: modernidade-colonialidade-racialidade.

Essa relação se aprofunda durante os anos 1970, num contexto de profundas transformações na sociedade. É o tempo da globalização Neoliberal. Porto-Gonçalves destaca que mesmo nesse período histórico as marcas coloniais permanecem presentes.

O colonialismo e o imperialismo não deixam de existir sob a globalização neoliberal. A colonialidade do poder tem na dívida externa e nas políticas de ajuste, recomendadas pelos organismos internacionais, seu principal instrumento de dominação política nos dias que correm. (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 47).

É nesse período atual, da globalização neoliberal, que há uma alteração da perspectiva em relação à natureza. Se, até então, o domínio da natureza era a solução para o desenvolvimento. Com a percepção da finitude de recursos naturais e o avanço predatório sobre a natureza a questão ambiental se legitima como uma problemática a ser considerada no planejamento do desenvolvimento.

O período histórico de globalização neoliberal que legitimou a questão ambiental é, paradoxalmente, aquele que levou mais longe a destruição da natureza. Jamais, em um período de 30 anos, em toda história da globalização que se iniciou em 1942, foi tamanha a devastação do planeta! (PORTO-GONÇALVES, 2017, p,52)

Essas questões ambientais têm sua origem desde a conquista das Américas, onde o extrativismo de elementos da natureza nativa americana coletou tudo que podia, degradando a terra e saqueando seus frutos. Para os povos que aqui habitavam os frutos e riquezas eram oriundos da Mãe Terra e seus frutos. Todo material recolhido foi transportado para a Europa, agora transmutado para a forma de recursos naturais.

Esse imenso volume de matéria foi resignificada, se transformando em matéria-prima essencial os saltos tecnológicos e demográficos do Velho Mundo. A indústria nascente ganhava sustância com a matéria prima vinda das Américas, enquanto uma nascente classe trabalhadora armazenava sua energia para o trabalho nos alimentos produzidos e retirados das colônias. Foi quando a natureza virou recurso.

El grito *Tierra!* El primer grito propriamente moderno; el grito inaugural de la civilización del capital... Y se trató justamente de um *grito de guerra*. Porque aos *ojos del conquistador*, la noción de “Tierra” perde ya toda connotación mítico-religiosa,

sagrada, filosófica, inclusa hasta carente de toda complejidad como entidade geológica viviente, para pasar a ser representada como *mero objeto*. A partir de entonces, la Tierra toda y la inmensa diversidade de sus componentes y habitantes, empezará a ser predominantemente vista, concebida y tratada como simple recurso, objeto de conquista y de explotación: como botin de guerra a depredar. (ARÁOZ, 2017, p. 198).

Essas bases formam o caráter dependente das nações colonizadas ao sul do Equador, é nesse sentido que é preciso olhar a teoria da dependência que se constrói no contexto latino no início da década de 1970. Afirma Marini:

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve com estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. [...] É a partir de então que se configura a dependência, entendida com o uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes. (MARINI, 2011, p. 133 e 134)

É dentro desse contexto de dependência que apresento o recorte espacial, pois o olhar deve mirar na incansável busca pelo desenvolvimento, como a condenação de Sísifo em rolar sua pedra de mármore até o topo da montanha eternamente, visto que ao quase chegar cai a pedra e tudo recomeça. Assim a busca por superar o subdesenvolvimento é como o trabalho de Sísifo.

Nessa perspectiva, dentro da linha desenvolvimentista que seguia com grandes projetos de infra-estrutura, a Ditadura Militar, vai apresentar duas propostas de impacto no Norte-Fluminense, conforme nos mostra PAGANOTO (2008).

A implantação de um programa de reestruturação da matriz energética com o objetivo de aumentar a produção de petróleo nacional e na produção de álcool como uma opção de combustível para automóveis, a partir da cana-de-açúcar.

Paralelamente a implementação do Proalcool, intensificou-se a prospecção de petróleo, principalmente do fundo do mar, com intuito

de diminuir , no médio e longo prazos, a dependência externa do produto. Uma das áreas promissoras era o Norte Fluminense, onde, desde o final da década de 1950, a Petrobrás já realizava sondagens que permitiam otimismo com relação ao potencial de produção comercial da denominada Bacia de Campos. (PAGANOTO, 2008, p. 13).

O município de Macaé, no Norte Fluminense, foi o local escolhido, pela Petrobrás, no final dos anos 1970, para as instalações da base de operações para extração offshore de petróleo na Bacia de Campos. Esse processo causou profundas transformações em Macaé, no contexto de uma combinação de industrialização e urbanização em níveis acelerados.

A experiência do processo de industrialização dos países dependentes, demonstra que o investimento do excedente em técnicas intensivas em capital induziu a um processo econômico incapaz de satisfazer a demanda crescente de empregos e impeliu a perda do poder aquisitivo das classes trabalhadoras e a maior pauperização da população urbana e rural marginalizada do processo econômico formal. (LEFF, 2009, p. 39)

A busca pelo desenvolvimento em Macaé vai acompanhar os ciclos da indústria do petróleo, que podemos dividir em três momentos: a instalação propriamente dita, a abertura do mercado com a quebra do monopólio combinada a um crescimento exponencial da arrecadação com royalties e a descoberta dos campos do pré-sal.

Quando do início da exploração de petróleo na Bacia de Campos, não houve, da Petrobras, preocupação em minimizar os impactos que poderiam ser causados localmente, e sua atuação seguiu o padrão das demais empresas brasileiras de grande porte da década de 1970. Em Macaé, então um pequeno município de base agropecuária, a chegada de trabalhadores e suas famílias, assim como daqueles que se deslocam em busca de alguma oportunidade de serviço, acarretou uma ocupação urbana desordenada e uma sobrecarga nos parques equipamentos de consumo coletivo existentes. Deu-se uma ocupação predatória do litoral não só pelas empresas ligadas ao petróleo como também por novos loteamentos para moradias. (PIQUET,2010, p.13).

Macaé até a chegada da Petrobrás tinha cerca de 40 mil habitantes, uma extensa zona rural e a economia baseada na agricultura e pesca. As transformações do município são grandiosas, a população vai dar um salto para 90 mil habitantes no ano de 1990, chegando à 200.000 habitantes em

2010, segundo o Anuário de Macaé 2012, produzido pela prefeitura municipal. A urbanização avança sobre áreas rurais e surgem grandes parques industriais com a economia passando a ser quase que exclusivamente dependente dos Royalties do petróleo.

Essas transformações decorrentes do avanço extrativismo de petróleo, podem ser divididas em ciclos e observadas inter-regionalmente, conforme apresenta Cruz (2016), em artigo que faz um balanço das pesquisas realizadas na região do extrativismo petrolífero no Estado do Rio de Janeiro, o autor, apresenta um recorte que chama de Região Fluminense do Extrativismo Petrolífero, que abrange as mesorregiões fluminenses, Região Norte, Região Noroeste e Região da Baixada Litorânea. Essas são as regiões que vão sofrer os principais impactos e transformações com a instalação da indústria do petróleo e as operações offshore, desde a Bacia de Campos ao Pré-sal. Macaé se encontra na região norte fluminense.

No mesmo artigo, o autor, destaca três fases para a indústria do petróleo: a primeira com o início da exploração offshore, a segunda com a lei do petróleo e a terceira com o início da exploração da camada do pré-sal.

O segundo ciclo do petróleo, contado a partir da lei do Petróleo de 1997, que repartiu os Royalties entre os municípios da região e iniciou o período de vasta e abundante riqueza em Macaé, o ciclo das rendas petrolíferas nos municípios petrorrentistas.

No entanto, nesse período, entre 1997 e 2007, Cruz (2016) identifica que o saldo geral com gigantesco aporte de recursos nas economias dos municípios não foi muito positivo, em que apesar da abundância de riqueza a questão social se avolumou em Macaé e por toda região.

Numa visão geral, salta os olhos a constatação, nas pesquisas, do saldo negativo do ciclo das rendas o, petrolíferas nos municípios petrorrentistas. Após dez anos de acesso às rendas, as administrações municipais não lograram resultados positivos em termos de melhorias da infraestrutura urbana, assentamentos humanos, mobilidade, saúde, educação, mitigação de impactos ambientais negativos, eficiência da gestão pública, melhoria das condições de vida nas periferias, mitigação dos crescentes índices de violência, diversificação econômica, dentre outros; em alguns casos esses indicadores pioraram, deixando no ar uma sensação para além do mal uso desses recursos, ou seja, da ocorrência de desvios de recursos públicos para fins particulares. (CRUZ, 2016, p. 56)

O terceiro ciclo do petróleo, que começa ali por volta de 2008 com o início das operações de extração de petróleo do Pré-Sal, vai trazer um tempo de poucas ocorrências de novas lutas ou novos movimentos. Somente após os impactos da crise que agrava no país a partir de 2013 que novas lutas e movimentos vão emergir.

Esse ciclo avança no sentido de internacionalizar ainda mais a região. Após a chegada das multinacionais do petróleo em Macaé e região no final da década de 1990, a construção do Porto do Açú, ao norte de Campos cria uma ponte direta com os mercados internacionais. Nesse sentido, se propõe para Macaé a construção de um segundo porto, de maiores proporções e capacidade para receber o petróleo diretamente dos navios.

A partir da segunda metade da primeira década deste século, marcada pela expansão na produção do Pós-Sal, pelo início da produção do Pré-Sal e pela instalação do Porto do Açú, no contexto de investimentos e infraestrutura de logística portuária e de circulação de mercadorias, que configuram o avanço do processo de internacionalização da região, a partir de 2010. (CRUZ, 2016, p. 52)

Observando esse período de “desenvolvimento” de Macaé a partir dos dados do IDHM², produzido pelo programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, nos ajuda a compreender como a cidade se desenvolveu, crescendo demograficamente e ampliando a desigualdade. É mais uma sinalização de que o desenvolvimento para o sul do Equador é, na verdade, produção de desigualdade, cuja origem se remete a conquista das Américas.

Estamos diante de uma questão central para o desafio ambiental, e que nos remete ao cerne do processo de globalização iniciado em 1942 e que ganha consistência de senso comum nos últimos 30-40 anos – trata-se de um risco para todo o planeta e para toda a humanidade na exata medida em que tenta submeter o planeta e a humanidade a uma mesma lógica, sobretudo de caráter mercantil, lógica essa que traz em si mesma o caráter desigual, por estar atravessada pela colonialidade de poder. (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 70)

² É uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM - de 5.565 municípios brasileiros, além de mais de 180 indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. (http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas_/)

Um olhar sobre o atlas do desenvolvimento humano nos mostra uma variação da renda per capita de R\$ 561,15 em 1991, para R\$ 1.103,42 em 2010. Em dezenove anos, mesmo considerando o acelerado crescimento populacional, a renda per capita dobrou no município. Porém essa proporção não é acompanhada pela redução da desigualdade, considerando a variação do índice de GINI, no mesmo período teve uma variação ínfima, passando de 0,57 para 0,56. Por esses números é possível perceber que há uma forte acumulação no período.

Em números, a variação dos 20% mais pobres no município em 1991 era de 2,85% da população, que correspondia a 2670 habitantes. Ao passo que esse mesmo recorte da população em 2010 aumentou para 3,39%, o que parece uma pequena variação em termos absolutos é de 7008, o que equivale a um aumento de mais de 60% de pessoas nessa condição. No mesmo período, a população total teve um aumento de 45%, ou seja, houve um aumento dos 20% mais pobres em uma proporção maior que o próprio aumento populacional.

A partir do caso de Macaé fica explícito o caráter de dependência da organização social brasileira. Apesar dos saltos qualitativos que o país e a situação observada no caso do município de Macaé, deu um salto impressionante em todos os sentidos, mas que, como o Brasil, ainda não conseguiu alcançar o desenvolvimento.

É importante aqui resgatar a teoria da dependência, que tem seus expoentes em pensadores como Ruy Mauro Marine, Vania Banbirra, Teothônio dos Santos e André Gunder Frank. Grupo que construiu a formulação “na dependência o desenvolvimento só produz subdesenvolvimento”. Essa expressão fica explícita no caso estudado, quando apesar de toda industrialização, crescimento urbano, aporte de capital internacional, o desenvolvimento de Macaé ainda produz desigualdades, como como mostraram os indicadores do IDH-M.

Dependência que, pode ser entendida como uma consequência da colonização, que gera um processo em que a modernização, proveniente da eterna tentativa de se “desenvolver”, reproduz, em bases contemporâneas os elementos da colonialidade do poder.

1) Movimentos sociais ambientais em Macaé-RJ

Os movimentos ambientais se formam a partir da degradação ambiental pelo produtivismo. Do centro da engrenagem surgem resistências, nesse sentido desde o início dos anos 1980, vão ser registradas ocorrências de movimentos sociais ambientais em Macaé, muito por conta das características próprias da paisagem local, como uma vasta costa de formação de restinga com belas praias e uma região serrana de mata atlântica e cachoeiras.

Como o objeto dessa pesquisa são os movimentos sociais, uma teoria pertinente é a teoria dos movimentos sociais (GONH). Nesse sentido um dos parâmetros para para fins desta pesquisa, da definição de movimentos sociais, será entendido como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Definições já clássicas sobre os movimentos sociais citam como suas características básicas: possuem identidade, tem opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade (Gonh,2011).

Para abordar a atualidade dos movimentos sociais é necessária a apreensão de suas demandas num período de longa duração e em espaços sociais específicos. Esses movimentos são matrizes da democratização e da solidariedade política que contribui para participação nos espaços de decisão e implementação de políticas públicas (Kauchakje, 2008)

Para compreensão analítica dos movimentos sociais será seguida a proposição de Mouriaux e Berold (2005), que estabelecem que as características a serem analisadas se apresentam de três formas: análise dos conflitos, análise da extensão das ação e os níveis da ação (relação entre o local e o global).

Em relação ao olhar ambiental acerca desses movimentos recorro às formulações de Joan Martinez Alier, a partir de seu livro o “Ecologismo dos Pobres”. O autor detalha três correntes para o movimento ambiental: “Culto ao Silvestre”, “o evangelho da ecoeficiência” e o “ecologismo dos pobres”

A primeira não enfrenta o crescimento econômico, constitui uma sacralidade da natureza e sua principal proposta consiste em manter reservas naturais em formas de parques nacionais livres da interferência humana. É a materialização do mito da natureza intocada. Para Alier:

A principal proposta política dessa corrente do ambientalismo consiste em manter reservas naturais, denominadas parques nacionais ou naturais, ou algo semelhante, livres da interferência humana (ALIER, p. 24, 2017)

Em relação à segunda corrente do ambientalismo, embora tenha preocupações com os efeitos do crescimento e desenvolvimento sem limite, para Alier, o Evangelho da Ecoeficiência se constitui dentro de uma perspectiva tecnocrata, entende a natureza como “recursos naturais” e se baseia no relatório “Nosso Futuro Comum”, apresentado em 1987 pela comissão da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Esse documento é também conhecido como Relatório Brundtland. É nesse campo que se localiza a perspectiva do desenvolvimento sustentável, definido no relatório como: *o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer o a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades*”.

Em outra obra, Alier (1998), faz um balanço crítico e profundo em relação a visão construída a partir desse relatório e da noção de “desenvolvimento sustentável. Um apontamento do relatório é que a pobreza degrada o ambiente, que o melhor remédio para melhorar a pobreza seria o desenvolvimento, o crescimento econômico.

A principal mensagem do Informe Brundtland foi precisamente de que a pobreza é a causa de degradação ambiental e daí a explícita recomendação de um caminho de crescimento econômico de três por cento ao ano no Sul, e também no Norte (para abrir campo às exportações do Sul. O crescimento econômico (rebatizado como “desenvolvimento sustentável” é um remédio ao mesmo tempo contra a pobreza e contra a degradação ambiental: essa foi a mensagem de Brundtland, que relegou a um segundo plano a questão da redistribuição e da equidade. (ALIER, 1998, 100)

Em alguns momentos o autor se refere visão inscrita Informe Brundtland como um ecologismo tecnocrático e afirma que após sua publicação se formou um consenso burocrático, dificultando críticas ao documento. Em sua crítica, o autor, pondera que, de fato, a pobreza pode sim fazer mal ao ambiente, entretanto, o desenvolvimento fundado na exportação, polui diretamente e faz crescer a desigualdade, tornando a pobreza com expressões agudas.

Minha crítica aceita que a pobreza pode ser causa de degradação ambiental, tal como vimos nas seções anteriores,

porém penso que um crescimento econômico generalizado pode agravar, em vez de diminuir, a degradação ambiental. (ALIER, 1998, p. 132)

A terceira corrente de movimento social ambiental descrita por Alier, tem como fonte a profunda desigualdade social provocada pelo crescimento/desenvolvimento sem limites. Essa terceira corrente vai problematizar a relação do sistema mundo, os países do norte cada vez dependem mais de importações do sul para atender as demandas de commodities como soja, minério e petróleo. Aprofundando o extrativismo, causando impactos ambientais e ameaçando a vida nos países mais pobres, nesse sentido o “ecologismo dos pobres” antes de ser um enfrentamento pelo meio ambiente é uma luta pela sobrevivência daqueles sujeitos integrados àquele ambiente.

O eixo principal desta terceira corrente não é uma reverência à natureza, mas, antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição de subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje [...] Sua ética nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre os humanos. (ALIER, 2017, p. 34)

Após os primeiros passos na pesquisa de doutorado em andamento, foram identificados os seguintes movimentos listados no quadro abaixo.

Movimento	Período ocorrência	Breve apresentação	Informações/materiais coletados
AMDA – Associação Macaense de Defesa do Ambiente	Início da década de 1980 até meados da década de 1990	Movimento que dá início às resistências às consequências da indústria do petróleo. Teve auge nos anos 1980, quando se instituiu ONG	Indicações de informantes para acessar os livros da associação.
Xô Monobóia	Final dos anos 1980	Luta contra uma monobóia de transferência de petróleo, foi impulsionada pela AMDA	Ainda sem material coletado
SOS Pecado	Meados década de 1990 até os dias atuais	Luta pela preservação de área na Praia do Pecado, se instituiu em ONG	Ainda sem material coletado
Amigos do Parque Jurubatiba	Anos 1990	Movimento em prol da criação do parque de Jurubatiba	Ainda sem material coletado

Amigos do Parque Atalaia	Anos 1990	Movimento em prol da criação da Unidade de Conservação do Parque Atalaia	Ainda sem material coletado
Pequena Semente	Anos 1990 até os dias atuais	ONG ambiental localizada no distrito do Sana	Ainda sem material coletado
SOS Barreto	Segunda década anos 2000	Movimento em prol da criação da Unidade de Conservação da restinga do Barreto.	Ainda sem material coletado
Xô Porto	Segunda década anos 2000 até os dias atuais	Movimento contrário a instalação de um segundo porto em Macaé, ocorreu em 2016, no entanto com uma nova movimentação de construção do porto em 2018, tenta se rearticular	Material coletado: documentos sobre a primeira audiência pública realizada. EIA-Rima da primeira e segunda proposta de porto
Deixa o Sol entrar	Segunda década anos 2000	Movimento entre os anos de 2012 e 2013 que lutou contra a liberação de grandes prédios na Praia do Pecado	Todo material produzido pelo movimento estava disponibilizado em um site próprio e já está baixado e salvo para a pesquisa
MST – PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Osvaldo de Oliveira	Segunda década anos 2000 Até os dias atuais	Assentamento que se estabelece como primeira experiência agroecológica do MST no Estado Rio de Janeiro, a partir de 2014	Algumas reportagens, um TCC sobre o assentamento e uma dissertação sobre a aproximação do MST com a agroecologia.
CoMaConSol – Coletivo Macaense de Consumo Solidário	Segunda década anos 2000 até os dias atuais	A partir de 2015 começou a organizar feiras urbanas e agroecológicas e levantamentos acerca da produção agroecológica dos entornos de Macaé	Atas e materiais sobre as três feiras organizadas pelo movimento

As análises preliminares elaboradas até o momento, indicam que os movimentos que ocorreram até os anos 1990 trazem consigo traços característicos da segunda corrente, o “evangelho da ecoeficiência”.

Há uma clara sinalização dos movimentos que ocorreram, em especial no segundo ciclo de desenvolvimento da indústria do petróleo no município de uma tentativa de construir um “desenvolvimento sustentável”. Um indicador importante é a criação, em 2001, do COMAMDS – Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Ainda nesse período, há um processo de institucionalização dos movimentos sociais ambientais de Macaé, que se pode apontar, começa com a criação do COMAMDS e encontra seu auge com a criação do Fórum Permanente da Agenda 21.

O Principal movimento no segundo ciclo de desenvolvimento do petróleo, entre o final da década de 1990 e as duas primeiras décadas do Século XXI, é o SOS Pecado, que começa com ações mais radicalizadas, avança e se estabelece como uma Organização Não Governamental, seguindo a tendência de institucionalização dos movimentos que ocorreu no período.

É possível notar no quadro que há um hiato de ocorrências de novos movimentos entre o final dos anos 1990 e o início da segunda década dos anos 2000, uma possibilidade a ser verificada ao longo da pesquisa é se há relação entre esse hiato e o processo de institucionalização ocorrido no período.

Nesse período nota-se ocorrências de movimentos mais pontuais, vinculados à áreas específicas do município e que alcançam conquistas às transformando em Unidades de Conservação, como o Parque Ecológico municipal Fazenda Atalaia, criado por Lei em 1995 e regulamentado em 2004, O Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, em 1998, a APA do Sana criado em 2001 e com conselho gestor instituído em 2002, na serra de Macaé e o Parque Natural Municipal do Estuário do Rio Macaé inscrito em lei em 2008.

É importante destacar que esses movimentos que ocorreram no segundo ciclo, cujas principais características apontam semelhanças com o evangelho da ecoeficiência, são os que mais conquistas empreendem no município. Grande parte da legislação ambiental existente no município deriva do tempo e das ações desses movimentos.

Já os movimentos que ocorrem de 2010 para cá, trazem características de um “Ecologismo dos pobres”. Tem como principal expoente um movimento nacional, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, MST, que realiza sua primeira ocupação na área rural de Macaé, dessa ação surge o assentamento Osvaldo de Oliveira, uma experiência de Programa de Desenvolvimento Sustentável, uma modalidade de assentamento do INCRA, que desembocou em um processo inédito da região de agroecologia. Esse processo capitaneado pelo MST avança nesse sentido ambientalizando lutas sociais, como a questão do acesso à terra, a soberania alimentar e alimentação saudável.

O MST, realizou ainda uma segunda ocupação, o acampamento Edson Nogueira, em uma área pública da prefeitura e apresentou à Câmara de Vereadores, a partir da interlocução de um vereador e do uso da tribuna cidadã, uma proposta de construir uma escola de agroecologia no local. O movimento qualificou seus militantes e iniciou em 2019 a primeira turma de agroecologia dessa escola.

Outros dois movimentos de importância para o estudo ocorrem nos últimos anos. O primeiro, movimento Xô Porto, que mobiliza e faz o enfrentamento contrário à instalação de um segundo porto da cidade de Macaé, problematizando os impactos ambientais e trazendo reflexões sobre outras alternativas além da indústria do petróleo.

Esse movimento tem dois momentos distintos, em 2014 quando o movimento é exitoso e a proposta da construção do porto é suspensa. Entretanto, em 2018, essa proposta retoma com muito mais força, em uma audiência pública que reúne milhares de apoiadores da construção do porto, nesse segundo momento o movimento está disperso e desarticulado. O movimento Xô Porto, apresenta tanto características do evangelho da ecoeficiência quanto do Ecologismo dos Pobres.

Por fim, o Coletivo Macaense de Consumo Solidário (CoMaComSol), se dá no contexto de surgimento de:

[...] nuevos movimientos socioambientales, rurales y urbanos (en pequeñas y medianas localidades), de carácter policlassista, caracterizados por un formato assembleario y una importante demanda por autonomía. (SVAMPA, 2012, p. 20)

O Coletivo Macaense de Consumo Solidário (CoMaConSol), que foi se formando ao longo do processo com a fusão de outros coletivos menores, começou com a pretensão de aproximar produtores e consumidores a partir de “cestas de alimentos” que o movimento organizava e assim fazia a ponte, apresentando aos consumidores alimentos com produção mais próxima da agroecológica ao mesmo tempo que trabalhava com os produtores a importância de produzir dessa maneira. Nesse processo, a partir de 2015, organizou quatro feiras urbanas e agroecológicas, ações construídas com apoio do MST e como meio para divulgar e escoar a produção agroecológica dos sem terras.

Considerações finais

Esses são ainda recortes iniciais da pesquisa da tese de doutorado, cujo objeto de estudos são movimentos sociais ambientais que ocorreram na cidade de Macaé/RJ, após a chegada e a consolidação da indústria extrativista do petróleo.

Nesse contexto se apresentou o conceito de desenvolvimento hegemônico pelo capitalismo, como condição a ser alcançada por todas as nações julgadas pelos capitalistas como subdesenvolvidas. Assim foi explicada a condição de dependência que se constitui na América Latina, além do encontro com a problemática ambiental. A partir do recorte local no município de Macaé pode-se perceber essas características de dependência.

Ainda está distante o resultado pronto e finalizado. Contudo já é possível enxergar características próprias nos movimentos ambientais que se formaram ao longo dos três ciclos do petróleo.

No primeiro momento, se avança com algumas conquistas importantes, como a formação do Conselho de Meio Ambiente e Sustentabilidade e o estabelecimento das Unidades de Conservação na cidade. O Caminho seguido pelos movimentos da institucionalização e formalização no contexto da Agenda 21, demarca um alinhamento desses movimentos com a proposta do “desenvolvimento sustentável”.

O segundo momento dos movimentos ambientais em Macaé, já no terceiro ciclo do petróleo, datado do início das operações do Pré-sal, traz uma outra marca. Mesmo com resquícios do momento anterior, já não há um alinhamento com as perspectivas do Norte global, os países que formam o eixo central do capitalismo, os movimentos deste período trazem as marcas as evidências que está se constituindo um ecologismo dos pobres. Movimentações no campo do MST, que produz de forma agroecológica e avança com uma ocupação que, enquanto reivindica a construção de uma escola de agroecologia, forma, no mesmo espaço, sua primeira turma.

Em contrapartida, no contexto urbano movimentos de características novas, como o CoMaConSol, se formam criam esforços em estabelecer sólidos laços entre produtores e consumidores de comida saudável. Nesse processo, o

CoMaConSol realiza feiras agroecológicas que tem no MST um parceiro importante.

Bibliografia

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. In: Estudos Avançados, v.24, no. 68 – São Paulo: 2010.

ALIMONDA, Hector. En Clave de sur: la ecología política latinoamericana y el pensamiento crítico. In: Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica / Héctor Alimonda ... [et al.] ; Tomo I - Facundo Martín. - 1a ed . - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO; México :Universidad Autónoma Metropolitana ; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017

ARÁOZ, Horácio Machado. “América Latina” y la ecología política del sur. Luchas de re-existencia, revolucion epistémica y migracion civilizatória. In: Ecología política latinoamericana : pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica / Héctor Alimonda ... [et al.] ; Tomo II - Facundo Martín. - 1a ed . - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO; México :Universidad Autónoma Metropolitana ; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017.

CRUZ, José Luis Vianna da. Novas perspectivas de análise da dinâmica socioeconômica e territorial da região fluminense do extrativismo petrolífero. In: Cadernos do Desenvolvimento Fluminense N 9, Rio de Janeiro, pp. 49-67, jan/jun 2016.

DOS SANTOS, Theotonio. Teoria da dependência: balanços e perspectivas. Obras escolhidas. V.1. Florianópolis: Insular. Re-edição, 2015.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: Revista Brasileira de Educação, v. 16. No. 47 maio-agosto: 2010.

KAUCHAKJE, Samira. Solidariedade Política e Constituição de Sujeitos: a atualidade dos movimentos sociais. In: Revista Sociedade e Estado, v.18, n1/2, p. 17-40 – Brasília, jan/dez 2003.

LEFF, Enrique. La ecología Política em América Latina: un campo em contrucción. In: Revista Sociedade e Estado, v. 18, n.1/2, p. 17-40 – Brasília, jan/dez. 2003.

_____. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao dialogo de saberes. São Paulo: Cortez, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. A dialética da dependência. IN: TRAPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINEZ-ALIER, Joan. Da economia ecológica ao ecologismo popular. Blumenal: Editora da Furb, 1998.

_____. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração – 2. Ed. 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2017.

MOURIAUX, René; BEROUD, Sophie. Para uma definição do conceito de movimento social. In: LEHER, Roberto; SETUBAL, Mariana (ORG). Pensamentos críticos e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis. – São Paulo: Cortez, 2005.

PAGANOTO, Faber. *Mobilidade e Trabalho em Macaé/RJ, a “Capital do Petróleo”*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

PIQUET, R. Impactos da indústria do petróleo no Note Fluminense. In: HERCULANO, S;CORREA, H. D. *Introdução: a oficina sobre impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas – o caso de Macaé (RJ)*. Niterói, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. 7 edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico em América Latina. In: Revista del Observatório Social de América Latina: Movimientos socioambientales em América Latina. Ano XIII, n. 32. CLACSO, 2012.

